



Contas Nacionais Anuais – Base 2006

1995-2007

Nova Série de Contas Nacionais Portuguesas para o período 1995-2007

O Instituto Nacional de Estatística procedeu à actualização da base das Contas Nacionais Portuguesas (CNP). A anterior base 2000 é agora substituída pela base 2006, sendo este o novo ano de referência.

A implementação da nova base ficou a dever-se sobretudo à adopção da Informação Empresarial Simplificada – informação administrativa/fiscal, de carácter obrigatório, abrangendo a totalidade das sociedades a operarem no território português – como principal fonte de informação subjacente às CNP em lugar do Inquérito às Empresas Harmonizado, um inquérito amostral conduzido pelo INE durante o período de 1990 a 2005.

Em consequência desta revisão, o PIB de 2006 é reavaliado para 160 273 milhões de euros, nível que é superior em 3,1% ao apurado na base 2000. Simultaneamente, é também disponibilizada uma nova série anual para o período 1995-2007 consistente com a nova base das CNP.

I. Base 2006 de Contas Nacionais Portuguesas – motivações e informação disponibilizada

O Instituto Nacional de Estatística divulga uma nova base de Contas Nacionais Portuguesas (CNP), tendo como referência o ano de 2006 – ano de sobreposição com as últimas contas nacionais anuais produzidas em base 2000 – e abrangendo o período de 1995 a 2007. Em simultâneo, são também divulgadas novas séries de contas nacionais trimestrais, desde o 1º trimestre de 1995 até ao 1º trimestre de 2010, inteiramente consistentes com a nova base das CNP.

O Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 95) preconiza a revisão periódica das bases de contas nacionais, de modo a incorporar nova informação estrutural e a actualizar métodos e procedimentos, proporcionando deste modo uma representação mais fiel da realidade económica do país, que constitua uma nova âncora para a compilação regular de contas nacionais de frequência anual ou trimestral.

Não existe uma frequência obrigatória para se efectuarem estas revisões periódicas, considerando-se que elas devem ocorrer sempre que se verificam alterações significativas nas fontes estatísticas, nas metodologias e no quadro conceptual, admitindo-se que ocorram com uma periodicidade de aproximadamente 5 anos.



No caso da presente mudança de base, foram sobretudo as alterações no domínio das fontes estatísticas que motivaram a revisão. A principal alteração ocorreu em 2007 com o novo sistema de informação sobre as empresas, a Informação Empresarial Simplificada (IES), partilhado pelo INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças e Ministério da Justiça. Neste ano, ao abrigo deste sistema, a generalidade das empresas reportaram informação de natureza económica e financeira sobre 2006.

A natureza tendencialmente censitária da IES constituiu uma profunda alteração na infra-estrutura estatística das CNP. Relativamente a 2006, a IES permitiu obter cerca de 360 mil respostas válidas para efeito de compilação de contas nacionais, representando um progresso assinalável face ao Inquérito às Empresas Harmonizado (IEH), anteriormente a principal fonte das CNP. O IEH, que tinha um carácter amostral (embora abrangendo exaustivamente as grandes empresas), proporcionou para o último ano disponível, 2005, cerca de 37 mil respostas válidas.

Os dados recolhidos no âmbito da IES vieram a revelar uma economia um pouco mais densa e complexa que o retrato anteriormente oferecido pelo IEH, constituindo o principal factor para a revisão em alta do nível do PIB no contexto da mudança de base.

É de referir que a compilação das Contas Nacionais foi feita em simultâneo para 2006 e 2007, de modo a poder beneficiar de dois apuramentos da IES, dado o carácter inovador deste sistema de informação. Assim, foi a partir do 4º trimestre de 2008, com a disponibilização da IES referente a 2007, que se iniciou o processo da mudança de base das CNP.

A mudança de base implicou a elaboração de Quadros de Recursos e Empregos com elevado grau de detalhe (125 ramos de actividade económica X 431 produtos) para os anos de 2006 e 2007 e o confronto e reconciliação dos resultados apurados nas ópticas da despesa, da produção e do rendimento. Tendo como referência os resultados obtidos para 2006 na nova base, as CNP foram objecto de revisão até 1995 de modo a obter séries consistentes com a base 2006 para o período 1995-2007. O método utilizado na produção destas séries retrospectivas baseou-se, numa primeira fase, na aplicação, sucessiva e mecânica até 1995, das taxas de variação subjacentes à base anterior aos resultados obtidos na base 2006 (salvaguardando aspectos relevantes das modificações introduzidas pela mudança de base). Numa segunda fase, com um menor grau de detalhe que o utilizado para as contas de 2006 e 2007, tanto ao nível dos ramos de actividade como ao dos produtos (38 X 38), num processo de equilíbrio entre resultados obtidos nas ópticas da produção e da despesa, foram feitos reajustamentos finais aos valores inicialmente obtidos. Desta forma foi possível fazer coincidir, pela primeira vez, a disponibilização de resultados na nova base com a disponibilização de uma série retrospectiva homogénea de Contas Nacionais.

O processo de mudança de base completa-se no final do corrente mês com a publicação das contas por sector institucional para o 1º trimestre de 2010, de acordo com o calendário habitual (90 dias após o trimestre de referência).



Na presente publicação incluem-se em anexo os quadros seguintes:

- Quadro 1 - Produto Interno Bruto e Componentes;
- Quadro 2 – Conta de Bens e Serviços;
- Quadro 4 – Formação Bruta de Capital Fixo;
- Quadro 5 – Consumo Final das Famílias;
- Quadros 7 e 8 – Quadro de Recursos e Empregos;
- Quadro 9 – Conta de Produção, Exploração e Emprego;
- Quadro 10 – Agregados por Ramo de Actividade.

Na segunda parte do presente destaque, referem-se as alterações mais relevantes introduzidas nas CNP com a nova base e, na terceira e última parte, apresentam-se sinteticamente os principais resultados.

II. Principais alterações implementadas na Base 2006

A. Fontes estatísticas

Além da já referida substituição do IEH pela IES, que constituiu o principal factor do processo de revisão, a base 2006 das CNP reflecte ainda outras alterações nas fontes estatísticas entre as quais se destacam:

A alteração nas séries do comércio internacional de bens, particularmente no domínio do Comércio Intracomunitário

Desde 1993, com o fim da informação de carácter exaustivo dos registos alfandegários sobre os fluxos de comércio intracomunitário, a fonte para estes fluxos tem sido o chamado sistema Intrastat que se baseia num inquérito de resposta obrigatória pelas empresas que exportam para ou importam de outros Estados Membros (EM) da União Europeia, a partir de determinados montantes mínimos. Este sistema, adoptado por todos os EM, tem provado fornecer informação de qualidade sobretudo no que se refere a empresas habitualmente exportadoras e/ou importadoras. Ainda assim, à medida que o tempo vai decorrendo desde a implementação do Intrastat, este sistema tende a perder capacidade para inferir plenamente o universo dos fluxos do comércio intracomunitário. Por este motivo, a regulamentação comunitária recomenda a utilização complementar de dados de natureza administrativa nomeadamente provenientes das declarações do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). Existem vários factores que tiram significado à comparação directa entre os resultados do Intrastat e do IVA. No entanto, sendo possível o confronto da informação destas duas fontes com o suficiente grau de detalhe, é também possível controlar o efeito desses factores. Foi este trabalho de confronto detalhado e pela primeira vez realizado, que determinou uma revisão do comércio intracomunitário que se traduziu numa reavaliação em alta quer das exportações de bens quer, em maior grau, das importações de bens. Deve referir-se que os dados da IES são de forma geral coerentes com esta revisão. A nova informação de comércio



internacional tem impacto relevante na base 2006 das CNA, não apenas pela repercussão directa nos respectivos agregados (importações e exportações) mas também, indirectamente, pela implicação noutros, em resultado da própria natureza de equilíbrio e inter-dependência do sistema de contas nacionais. Por exemplo, mais importações de material de transporte e de bens de equipamento traduzem-se em níveis acrescidos de consumo final e de investimento.

Incorporação dos resultados do Inquérito às Despesas das Famílias

Este inquérito é uma operação estatística realizada com periodicidade aproximadamente quinquenal. A disponibilização dos resultados mais recentes, correspondentes ao inquérito de 2006, teve dois efeitos fundamentais:

- permitiu actualizar estruturas de consumo final das famílias residentes, fornecendo informação adicional para a ventilação de produtos cuja utilização tanto poderia ser para consumo intermédio como para consumo final;
- aumentou o grau de consistência entre as CNP e o Índice de Preços no Consumidor (IPC), cujos ponderadores da série actual se baseiam nesse inquérito. O IPC é particularmente importante para a partilha, produto a produto, da variação nominal do consumo das famílias nas CNP entre variação de preço e variação de volume.

Incorporação dos resultados do Inquérito aos Gastos Turísticos Internacionais

O Inquérito aos Gastos Turísticos Internacionais, que decorreu de 2005 a 2007, proporcionou um conhecimento muito mais robusto sobre a despesa dos não residentes (turistas) no território português e dos residentes fora do território.

Esta informação foi particularmente importante para estabelecer uma delimitação mais precisa entre o turismo de negócios e de lazer. Esta delimitação tem implicações na avaliação dos fluxos de importações, exportações, consumo final e consumo intermédio deste tipo de serviços.

B. Aspectos metodológicos

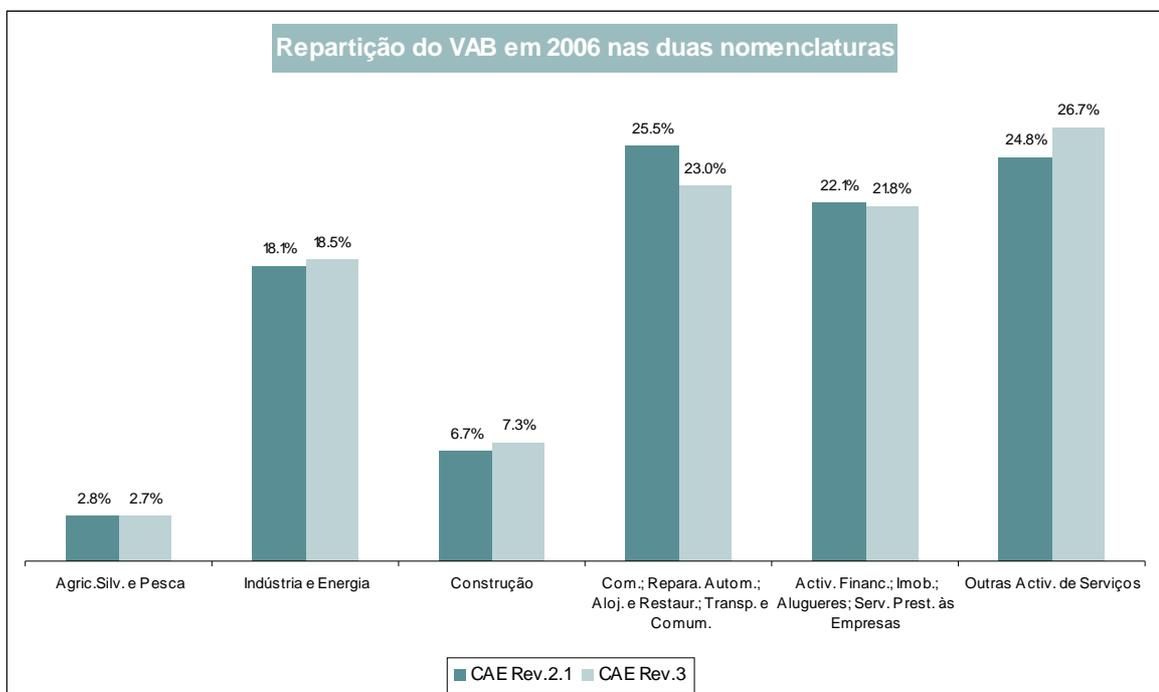
Mantendo-se como quadro conceptual de referência o SEC 95, o processo de mudança de base não determinou a necessidade de proceder a muitas alterações metodológicas. Entre as que se efectuaram salientam-se as seguintes:

Implementação de novas nomenclaturas

A partir de Setembro de 2011, todos os EM estão obrigados a transmitir ao Eurostat a informação de contas nacionais de acordo com a NACE Rev. 2.1 (nomenclatura estatística das actividades económicas nas comunidades europeias) e correspondente CPA 2008 (classificação de produtos por actividade). Para evitar que este requisito se traduzisse num factor de perturbação nas séries das CNP antecipou-se, com a mudança de base, a compilação das contas de acordo com a nova nomenclatura correspondente à Classificação das Actividades Económicas Revisão 3 (CAE Rev. 3) que, de resto, está já a ser utilizada num conjunto significativo de operações estatísticas e na IES.

Contrariamente a anteriores exercícios de mudança de base, a alteração simultânea das fontes e das nomenclaturas impede comparações directas dos resultados para os diversos ramos de actividade e produtos, seja em termos de valores absolutos, seja em termos de taxas de variação. O gráfico seguinte apresenta a distribuição do Valor Acrescentado Bruto (VAB) de 2006 por grandes ramos de actividade económica os quais, dado o elevado nível de agregação que representam, têm as mesmas designações na CAE anterior e na agora adoptada. Como se verifica, reflectindo a diferente composição destes grandes ramos, os respectivos pesos relativos alteram-se embora em grau variável. Por exemplo, o aumento do peso relativo da “construção” em CAE Rev. 3 reflecte a inclusão da promoção imobiliária que, em CAE Rev. 2.1, fazia parte do agrupamento das “actividades financeiras, imobiliárias...”.

Gráfico 1



Também a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) é representada de forma consistente com as novas nomenclaturas de actividade e de produtos. Acresce que a sua apresentação passa a ser por tipo de activo o qual



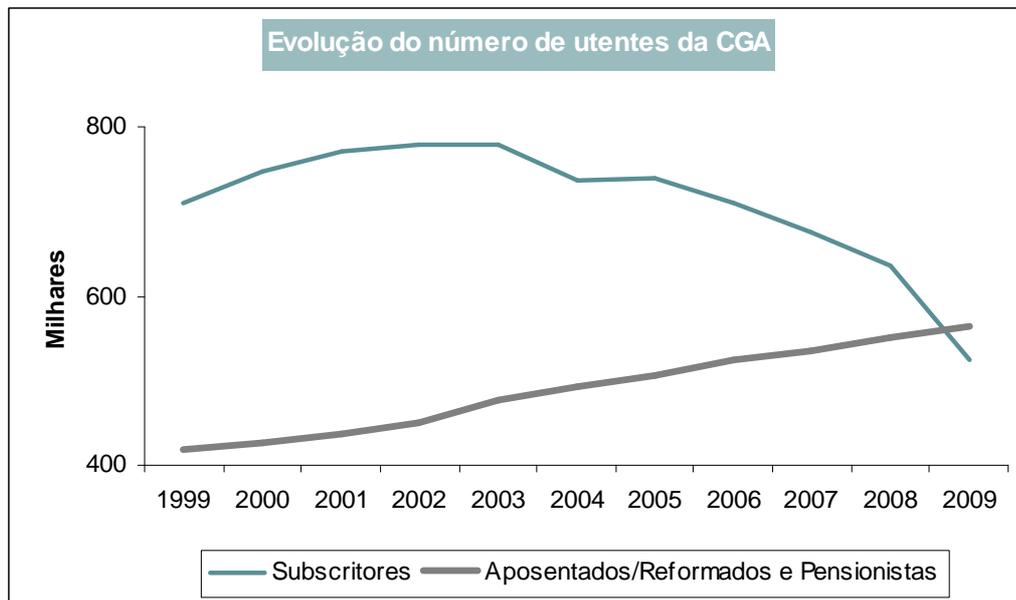
pode incorporar, por vezes, vários produtos. Esta alteração permite alinhar a representação deste agregado com o programa de transmissão de dados de Contas Nacionais ao Eurostat. Assim, por exemplo, a FBCF em habitação além do produto habitação passa a incorporar todas as despesas adicionais associadas ao investimento nesse produto como sejam, por exemplo, as determinadas por serviços de promoção imobiliária e custos com registos administrativos. Na base anterior, a FBCF era apresentada por produto, em consequência estas despesas estavam separadas do investimento em habitação.

Repercussão do encerramento da Caixa Geral de Aposentações (CGA) a novos subscritores desde 2006 nas CNP

O encerramento da CGA a novos subscritores desde 2006 veio determinar alterações metodológicas que se traduziram, em primeiro lugar, na reclassificação desta unidade do subsector dos Fundos de Segurança Social (S1314) para o subsector Administração Central (S1311) das Administrações Públicas (AP). Em segundo lugar, determinou uma reavaliação dos custos com trabalho das AP enquanto entidades empregadoras, em coerência com o quadro conceptual do SEC 95.

Recorde-se que estes custos são parte integrante da produção não mercantil das AP e do respectivo consumo final (habitualmente referido como Consumo Público) afectando, assim, o nível do PIB. O encerramento da CGA tem como consequência que o número de subscritores e a respectiva quotização tenderão a diminuir até à sua extinção, ao mesmo tempo que o número de pensionistas e a despesa associada tenderão a aumentar (veja-se a este respeito o gráfico seguinte elaborado com base no relatório de 2009 da CGA), obrigando a um contínuo crescimento do financiamento da CGA pelas AP (qualquer que seja o mecanismo formal para o efeito: subsídio directo do Estado, contribuições de outras entidades ou afectação de parte da receita do IVA). Assim, a manter-se o tratamento anterior deste financiamento em Contas Nacionais, que consistia em considerá-lo integralmente como custo de trabalho, verificava-se um paradoxo – à medida que se reduzia o número de subscritores (trabalhadores no activo) o nível da actividade económica, medido pelo PIB, aumentava.

Gráfico 2



Para evitar esta distorção alterou-se o tratamento com a mudança de base das CNP. Em linha com o SEC 95 e em diálogo com o Eurostat, convencionou-se uma taxa de contribuição das AP para a CGA, enquanto entidades empregadoras, de 28,4% da remuneração base dos subscritores, reflectindo o rácio entre os benefícios atribuídos e as remunerações base em 2005, último ano em que a CGA esteve aberta a novos subscritores. Como o rácio entre subscritores e pensionistas tende a diminuir, desde 2006 esta taxa não assegura plenamente a cobertura dos encargos com pensões da CGA. A diferença deixa contudo de ser considerada como parte integrante do custo com trabalho e passa a estar incluída nas transferências das AP para as Famílias (sob a designação de “prestações sociais”, com o código SEC D62). Apesar do seu impacto no nível do PIB, esta alteração metodológica é neutral para a capacidade/necessidade de financiamento destes dois sectores institucionais. Finalmente, como o financiamento pelas AP à CGA em 2005 foi aproximadamente o que seria obtido com a aplicação desta taxa, não se alterou a série das remunerações do trabalho das AP anteriores a 2006.

Alteração na repartição por ramo de actividade económica do consumo intermédio de Serviços Financeiros Indirectamente Medidos (SIFIM)

Os SIFIM correspondem a serviços de intermediação financeira que o sector das Sociedades Financeiras (S12) presta à economia. O seu montante global é calculado a partir da informação obtida deste sector, que também permite identificar a sua utilização para fins de consumo final, de exportações (líquidas de importações) e de consumo intermédio. Esta última componente de SIFIM corresponde ao consumo deste tipo de serviços pelos vários ramos de actividade económica para produzir outros bens e serviços. Conhecendo-se o valor total deste

consumo intermédio é, no entanto, necessário reparti-lo pelos ramos de actividade económica. Na série anterior de CNP essa repartição era feita em proporção do VAB de cada ramo no VAB da economia (antes da consideração de SIFIM). Com a nova série, este procedimento foi alterado em linha com o estipulado pelo SEC como devendo ser o principal indicador de repartição, i.e., passou a utilizar-se os saldos dos empréstimos e depósitos de cada ramo de actividade para efectuar essa repartição.

Deve referir-se que esta alteração só foi possível porque a IES permitiu coligir a informação necessária. Embora este novo procedimento seja tecnicamente superior contribuiu para aumentar as dificuldades, já atrás mencionadas, de comparabilidade entre as duas bases de CNP na óptica da produção.

III. Principais resultados

O PIB de 2006 é reavaliado para 160 273 milhões de euros, nível superior em 3,1% ao apurado na base 2000

O PIB apurado para 2006, na base 2006, foi de 160 273 milhões de euros, mais 4 827 milhões de euros (3,1%) que o calculado na base 2000. O quadro 1 indica a revisão do nível do PIB e das respectivas taxas de variação nominal e em volume para cada um dos anos de 1995 a 2007. Recorde-se que para 2007, na base 2000, não tinha ainda sido produzida uma conta anual, resultando o valor indicado da agregação dos valores dos quatro trimestres produzidos pelas Contas Nacionais Trimestrais. Como se pode observar, a reavaliação do PIB foi relativamente uniforme no período 1995/2007, embora atingindo maior magnitude nos anos de 1999 a 2001.

Quadro 1. Produto Interno Bruto – Base 2006 versus Base 2000

Ano	Valor PIB		Reavaliação		Tx. variação valor			Tx. variação volume		
	(10 ⁶ €)		%		%			%		
	Base 00	Base 06	B06-B00	B06/B00	Base 00	Base 06	B06-B00	Base 00	Base 06	B06-B00
1995	85 138	87 745	2 607	3,1	-	-	-	-	-	-
1996	90 508	93 087	2 579	2,8	6,3	6,1	-0,2	3,6	3,7	0,1
1997	97 898	100 981	3 083	3,1	8,2	8,5	0,3	4,2	4,4	0,2
1998	106 498	110 104	3 607	3,4	8,8	9,0	0,3	4,8	5,1	0,3
1999	114 192	118 370	4 178	3,7	7,2	7,5	0,3	3,8	4,1	0,3
2000	122 270	127 007	4 737	3,9	7,1	7,3	0,2	3,9	3,9	0,0
2001	129 308	134 137	4 829	3,7	5,8	5,6	-0,1	2,0	2,0	0,0
2002	135 434	140 142	4 708	3,5	4,7	4,5	-0,3	0,8	0,7	-0,1
2003	138 582	143 015	4 433	3,2	2,3	2,0	-0,3	-0,8	-0,9	-0,1
2004	144 128	148 827	4 699	3,3	4,0	4,1	0,1	1,5	1,6	0,1
2005	149 123	153 728	4 605	3,1	3,5	3,3	-0,2	0,9	0,8	-0,1
2006	155 446	160 273	4 827	3,1	4,2	4,3	0,0	1,4	1,4	0,0
2007	163 052	168 737	5 686	3,5	4,9	5,3	0,4	1,9	2,4	0,5
Média do período				3,3	5,6	5,6	0,0	2,3	2,4	0,1

Na óptica da despesa a reavaliação em alta das importações foi mais que compensada pela reavaliação em alta da procura global com destaque para o consumo final das Famílias e para o investimento

No quadro 2, nas duas últimas colunas, indica-se em termos relativos o impacto das revisões nas grandes componentes do PIB na óptica da despesa. A revisão em baixa da procura externa, com impacto mecânico de -0,8 pontos percentuais (p.p.) na revisão do PIB em 2006 (-0,6 p.p. em termos médios no período considerado), foi mais que compensada pela revisão em sentido simétrico da procura interna que atingiu 3,9 p.p., tanto em 2006, como em média anual no período considerado. A revisão em baixa da procura externa traduz uma revisão em alta das importações com maior magnitude que a revisão no mesmo sentido das exportações, revelando-se assim com a nova base um défice comercial relativamente mais elevado.

Quadro 2. PIB e principais componentes, Base 2006 versus Base 2000

	Valor (10 ⁶ €)			Reavaliação		
	Base 00	Base 2006		B06-B00 (ano 2006)	Contributos p/ revisão do PIB (p.p.)	
	2006	2006	2007		2006	média 1995-2007
Óptica da Despesa						
Despesa de consumo final residentes	133 732	137 168	143 634	3 436	2,2	2,3
- Despesa de consumo final das famílias e ISFLSF	101 599	104 747	110 635	3 147	2,0	2,2
- Despesa de consumo final das APU's	32 133	32 421	32 999	289	0,2	0,1
Formação bruta de capital	34 481	37 078	38 634	2 597	1,7	1,7
- Formação bruta de capital fixo	33 758	35 890	37 629	2 132	1,4	1,5
- Variação de existências e ACOV	723	1 188	1 005	465	0,3	0,2
Exportações de bens e serviços	48 204	49 713	54 514	1 508	1,0	0,3
- Exportação de bens (FOB)	36 559	37 670	40 358	1 111	0,7	0,4
- Exportação de serviços	11 645	12 042	14 155	397	0,3	-0,1
Importações de bens e serviços	60 971	63 685	68 045	2 714	-1,7	-0,9
- Importação de bens (FOB)	52 254	55 155	58 747	2 901	-1,9	-1,1
- Importações de serviços	8 717	8 531	9 298	- 187	0,1	0,2
Procura Interna	168 213	174 246	182 268	6 033	3,9	3,9
Procura Externa	-12 767	-13 973	-13 531	-1 206	-0,8	-0,6
Produto Interno Bruto, preços mercado	155 446	160 273	168 737	4 827	3,1	3,3

A revisão em alta da procura interna foi induzida quer pela revisão em alta das importações quer pela nova informação apurada na óptica da produção. A despesa de consumo final das famílias foi o agregado que mais contribuiu para a revisão do PIB (2,0 p.p.), reflectindo, em grande medida, a maior disponibilidade de bens de consumo apurada no âmbito da óptica da produção. Já a revisão da FBCF está mais relacionada com a revisão das importações de bens de equipamento. Também a variação de existências é revista em alta, contribuindo com 0,3 p.p. para a revisão do PIB, reflectindo sobretudo a apropriação dos dados da IES. Com efeito, apesar da informação da amostra do IEH, subjacente às bases anteriores, ser extrapolada para o universo de todas as unidades económicas, os valores agora reportados na IES, de resposta directa pelas empresas, situam-se num patamar significativamente superior.

Em 2006, o VAB é revisto em alta em cerca de 3,6%

Comparativamente com a base anterior, o VAB de 2006 é revisto em alta em cerca de 3,6% (ver quadro 3). A revisão relativamente aos valores inicialmente publicados para 2007 é ainda um pouco mais elevada embora, como atrás se referiu, as estimativas para 2007 se baseassem em contas trimestrais. Nos restantes anos, tal como no quadro 1 e conforme seria de esperar, as maiores revisões registaram-se de 1999 a 2001.

Quadro 3. Valor Acrescentado Bruto – Base 2006 versus Base 2000

Ano	Valor VAB		Reavaliação		Tx. variação valor			Tx. variação volume		
	(10 ⁶ €)		%		%			%		
	Base 00	Base 06	B06-B00	B06/B00	Base 00	Base 06	B06-B00	Base 00	Base 06	B06-B00
1995	74 603	77 198	2 594	3.5	-	-	-	-	-	-
1996	79 111	81 639	2 529	3.2	6.0	5.8	-0.3	3.5	3.4	-0.1
1997	85 663	88 726	3 063	3.6	8.3	8.7	0.4	4.1	4.2	0.1
1998	92 639	96 213	3 574	3.9	8.1	8.4	0.3	4.0	4.2	0.2
1999	98 991	103 125	4 134	4.2	6.9	7.2	0.3	3.2	3.5	0.3
2000	106 545	111 252	4 707	4.4	7.6	7.9	0.3	3.9	3.8	-0.1
2001	112 817	117 610	4 793	4.2	5.9	5.7	-0.2	2.4	2.4	0.0
2002	117 751	122 446	4 696	4.0	4.4	4.1	-0.3	0.8	0.8	0.0
2003	120 465	124 846	4 381	3.6	2.3	2.0	-0.3	-0.5	-0.6	-0.1
2004	125 310	129 919	4 609	3.7	4.0	4.1	0.0	1.7	1.7	0.0
2005	128 363	132 882	4 519	3.5	2.4	2.3	-0.2	0.8	0.6	-0.2
2006	133 055	137 828	4 773	3.6	3.7	3.7	0.1	1.5	1.7	0.2
2007	139 843	145 698	5 855	4.2	5.1	5.7	0.6	2.1	2.7	0.6
Média do período				3.8	5.4	5.5	0.1	2.3	2.4	0.1

Pesos relativos da agricultura e da indústria reduzem-se e aumenta o peso dos serviços

Como atrás referido, a mudança de CAE Rev. 2.1 para a CAE Rev. 3 impossibilita uma comparação directa dos agregados do VAB em base 2000 e em base 2006. O quadro 4 ilustra as alterações na estrutura do PIB na óptica da produção ao longo do período na nova base. O peso da agricultura reduziu-se significativamente, passando de 5,5% em 1995, para 2,4% em 2007, sendo este fenómeno mais intenso na primeira metade do período (1995-2001). Tendência similar, embora menos significativa, é observada na indústria e energia, participando com 18,1% para o VAB em 2007, menos 3,7 p.p. que em 1995. Entre o início e o fim do período, a importância relativa da construção não se alterou significativamente, embora tenha aumentado o seu peso na primeira metade do período (em 2001 situava-se 1,4 p.p. acima de 1995), perdendo-o na segunda metade. Todos os serviços aumentaram a importância relativa. O VAB do sector financeiro, que em 2007 face a 1995, aumentou o seu peso na economia em 1,6 p.p. e a administração pública, saúde e educação, que passou a representar 20,9% do VAB em 2007 (+2,2 p.p.), foram os ramos de actividade que mais se expandiram. Refira-se que o peso dos impostos líquidos de subsídios no PIB aumentou, passando de 12% em 1995 para 13,7% em 2007 (+1,7 p.p.), aumentando particularmente na segunda metade do período (+1,4 p.p.).

Quadro 4. PIB e principais componentes, óptica da produção, Base 2006

PIB - óptica da produção		VAB (10 ⁶ €)			Estrutura do VAB (%)		
		1995	2001	2007	1995	2001	2007
Em percentagem do VAB	Agricultura, silvicultura e pesca	4 273	4 033	3 515	5,5	3,4	2,4
	Indústria e energia	16 861	23 315	26 334	21,8	19,8	18,1
	Construção	5 415	9 844	10 700	7,0	8,4	7,3
	Comércio, reparação, transportes, alojamento e restauração	17 629	26 981	33 443	22,8	22,9	23,0
	Serviços de informação e comunicação	2 628	4 309	5 505	3,4	3,7	3,8
	Financeiras e seguros	4 447	7 248	11 014	5,8	6,2	7,6
	Imobiliárias	5 787	8 824	11 836	7,5	7,5	8,1
	Outros serviços prestados às empresas	4 238	6 710	9 120	5,5	5,7	6,3
	Administração pública, saúde e educação	14 408	23 779	30 506	18,7	20,2	20,9
	Outros serviços	1 511	2 567	3 727	2,0	2,2	2,6
Valor Acrescentado Bruto		77 198	117 610	145 698	88,0	87,7	86,3
Impostos líquidos de subsídios aos produtos		10 548	16 527	23 039	12,0	12,3	13,7
Produto Interno Bruto		87 745	134 137	168 737			

Recomposição do emprego com aumento do peso relativo do emprego remunerado, revisão em alta das remunerações e, em maior grau, do excedente bruto de exploração

Também no que respeita a remunerações e emprego, seja medido em volume de emprego¹, postos de trabalho, ou horas trabalhadas, a IES obrigou a ajustamentos significativos na base 2006 (quadro 5).

No ano base 2006, e para o mesmo número de trabalhadores², observou-se uma reavaliação do volume de emprego em +1,6% (+1,5% em termos de horas trabalhadas) e sua recomposição, aumentando o peso relativo do emprego remunerado. As remunerações estimam-se agora 2,4% superiores às da base 2000, enquanto o excedente bruto de exploração/rendimento misto bruto foi revisto em alta em 5,1%. Em consequência da maior revisão relativa do emprego remunerado, o nível da remuneração média por indivíduo foi revisto em baixa em cerca de -2,1%. A produtividade do trabalho, medida pelo quociente entre o VAB e o emprego em ETC, é revista em alta em 1,9%.

1 Designa-se por volume de emprego uma jornada completa de trabalho (Equivalente a Tempo Completo – ETC), harmonizando, assim, jornadas de trabalho com duração superior ou inferiores à duração da jornada normal.

2 Recorde-se as contas nacionais assumem o nº de trabalhadores (indivíduos) estimados pelas estatísticas demográficas do INE, pelo que esta variável não sofre qualquer alteração com a mudança de base.

Quadro 5. Emprego, remunerações e produtividade

		Valor (10 ⁶ €)		Reavaliação B06/B00 (%)	Taxa de variação em base 06			
		2006			média 1995-2001	média 2001-2007	média 1995-2007	
		Base 00	Base 06					
VAB	Preços correntes	133 055	137 828	3.6	7.3	3.6	5.4	
Emprego	Horas (10 ⁶) ^a	9 741	9 889	1.5	-	-0.1	-	
	Volume (ETC)	4 909	4 990	1.6	2.1	-0.1	1.0	
	Indivíduos (10 ³)	5 126	5 126	0.0	2.1	0.0	1.0	
Emprego Remunerado	Horas (10 ⁶) ^a	7 862	8 153	3.7	-	0.5	-	
	Volume (ETC)	4 052	4 265	5.2	2.2	0.4	1.3	
	Indivíduos (10 ³)	4 172	4 363	4.6	2.2	0.5	1.4	
Remunerações		77 773	79 640	2.4	7.8	3.8	5.8	
Ordenados e salários		60 646	62 034	2.3	7.7	3.5	5.6	
Impostos líquidos de subsídios à produção		- 972	- 941	-3.2	7.5	6.3	6.9	
Excedente/Rendimento misto bruto		56 255	59 129	5.1	6.7	3.2	5.0	
Produtividade do trabalho (10 ³ €) ^b		27.1	27.6	1.9	5.0	3.8	4.4	
Variação real da produtividade do trabalho ^c						1.4	1.3	1.4

^a - Só existe informação sobre horas trabalhadas desde 2000

^b - VAB / Volume de emprego

^c - Relação entre a variação em volume do VAB / e a variação do emprego (ETC)

No período 1995-2007 o volume de emprego cresceu 1,0% e a produtividade do trabalho 1,4%

O crescimento médio do volume do VAB no período foi de 2,4%, observando-se uma variação média de 3,6% na primeira metade (1995-2001) contra 1,1% na segunda metade (2001-2007), a que correspondeu uma variação do volume de emprego em ETC de 1% (2,1% e -0,1%, respectivamente na primeira e segunda metade do período considerado). Consequentemente, a variação da produtividade manteve-se relativamente estável, 1,4% em média, embora tenha apresentado um crescimento mais significativo em 2007. O gráfico 2 permite visualizar o comportamento relativo no período considerado destas três séries.

Gráfico 3

